

ATO Nº 017/2023-CP, de 09 de novembro de 2023

(Publicado no DOE de 28/11/2023)

Aprova Orientações Interpretativas do Ministério Público de Contas relacionadas a contas de Câmaras Municipais.

O **COLÉGIO DE PROCURADORES** do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, por sua Presidente (art. 1º do Ato Normativo nº 008/2014-PGC):

1. CONSIDERANDO a competência do Colégio de Procuradores para aprovar orientações interpretativas acerca de matérias afetas às atribuições do Ministério Público de Contas (art. 1º, inciso III, do Ato Normativo nº 008/2014-PGC);
2. CONSIDERANDO que, mesmo respeitada a independência funcional de cada Procurador, a consolidação de entendimentos, na forma de enunciados, auxilia e racionaliza o desempenho das atribuições do Ministério Público de Contas no caso de multiplicidade de processos sobre questões idênticas;
3. CONSIDERANDO os trabalhos desenvolvidos sob coordenação da Chefia de Gabinete;

RESOLVE, à vista do deliberado na reunião ordinária de 08.11.2023:

Art. 1º Ficam aprovadas as Orientações Interpretativas sobre contas de Câmaras Municipais números 02.19 a 02.43, na forma do Anexo.

Art. 2º A íntegra das Orientações Interpretativas, com respectivos julgados que as fundamentam, ficará disponível na página do Ministério Público de Contas (www.mpc.sp.gov.br).

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 09 de novembro de 2023.

LETÍCIA FORMOSO DELSIN MATUCK FERES
Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas
Presidente do Colégio de Procuradores



Avenida Rangel Pestana, 315, 6º andar, São Paulo - SP, CEP 01017906



(11) 3292-4302



mpc.sp.gov.br



[mpc.sp](https://www.facebook.com/mpc.sp)



[MPdeContas_SP](https://twitter.com/MPdeContas_SP)



[mpc_sp](https://www.instagram.com/mpc_sp)



spoti.fi/20QcACq

Anexo ao ATO Nº 017/2023-CP

Teto remuneratório constitucional

OI-MPC/SP nº 02.19: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a extrapolação do teto remuneratório estabelecido no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Limite constitucional do subsídio dos Vereadores

OI-MPC/SP nº 02.20: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal o descumprimento do limite do subsídio a ser pago aos Vereadores, conforme disposto no artigo 29, inciso VI, alíneas “a” a “f”, da Constituição Federal.

Limite constitucional para o total da despesa do Poder Legislativo Municipal

OI-MPC/SP nº 02.21: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal o descumprimento do limite para o total das despesas do Poder Legislativo, nos termos do artigo 29-A, incisos I a VI, da Constituição Federal.

Limite constitucional para gastos com folha de pagamento

OI-MPC/SP nº 02.22: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal o descumprimento do limite de 70% de sua receita para gastos com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, conforme disposto no artigo 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

Limite para despesas com pessoal

OI-MPC/SP nº 02.23: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal incorrer em despesa total com pessoal em montante acima de 6% da Receita Corrente Líquida do Município, em afronta ao disposto no artigo 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/2000.



Aumento de despesas com pessoal nos últimos 180 dias do mandato

OI-MPC/SP nº 02.24: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal o aumento de despesas com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do seu Presidente, em ofensa ao artigo 21, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Planejamento e execução orçamentária

OI-MPC/SP nº 02.25: Concorre para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a ocorrência de superestimativa orçamentária, evidenciada pela excessiva devolução de duodécimos ao Poder Executivo ao final do exercício, prática que acarreta indesejado represamento de recursos públicos, configurando inobservância ao artigo 30 da Lei nº 4.320/1964 e ao artigo 12, *caput*, da Lei Complementar nº 101/2000, sendo causa suficiente para a irregularidade das contas se subverter os cálculos do limite de 70% com folha de pagamento, previsto no artigo 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

Número desarrazoado de cargos em comissão

OI-MPC/SP nº 02.26: Concorre para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal o desarrazoado número de cargos em comissão, sobretudo quando em contraposição às orientações do Supremo Tribunal Federal na tese fixada no Tema 1010 de repercussão geral, e em inobservância ao artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, que estabelece o concurso de provas e títulos como a via de acesso ordinária ao serviço público.

Ausência de atribuições de direção, chefia e assessoramento a comissionados

OI-MPC/SP nº 02.27: Concorre para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a ausência de atribuições de direção, chefia e assessoramento para cargos em comissão, em desconformidade com o disposto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.



Ausência de nível de escolaridade adequado para comissionados

OI-MPC/SP nº 02.28: Concorre para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a ausência de exigência de nível de escolaridade adequado para provimento de cargos em comissão, que deverá ser comprovadamente compatível com a natureza e complexidade das atribuições a serem desempenhadas, em atendimento ao interesse público.

Pagamento de horas extras e gratificações a comissionados

OI-MPC/SP nº 02.29: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal o pagamento de horas extras ou a concessão de gratificação a servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão, haja vista que já se encontra submetido ao regime de integral dedicação ao serviço.

Concessão de vantagens remuneratórias sem lei em sentido estrito

OI-MPC/SP nº 02.30: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a majoração ou a criação de benefícios remuneratórios por meio de instrumento outro que não seja lei em sentido estrito, em respeito aos artigos 37, inciso X, 51, inciso IV, 52, inciso XIII, e 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

Gratificações, adicionais e abonos sem atendimento ao interesse público

OI-MPC/SP nº 02.31: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a concessão de gratificações, adicionais, abonos e outros benefícios da espécie sem critérios objetivos ou sem que haja, em contrapartida, efetivo atendimento ao interesse público e às exigências do serviço, a exemplo de “abono de aniversário”, “14º salário”, adicionais de “produtividade”, “assiduidade” ou “disponibilidade”, haja vista que afrontam os princípios previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, bem assim o disposto nos artigos 111 e 128 da Constituição Estadual.



Acréscimos pecuniários em “efeito cascata”

OI-MPC/SP nº 02.32: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal o cômputo de vantagens pecuniárias para fins de concessão de acréscimos ulteriores em “efeito cascata”, contrariando o artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal.

Horas extras habituais e sem controle adequado

OI-MPC/SP nº 02.33: Concorre para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal o pagamento de horas extras de maneira habitual, sem a comprovação de sua efetiva necessidade, bem assim a ineficiência do correspondente controle, haja vista que tal prática desconfigura o caráter excepcional do serviço em sobrejornada.

Regime de adiantamento

OI-MPC/SP nº 02.34: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal o desvirtuamento na adoção do regime de adiantamento, em desrespeito ao artigo 68 da Lei nº 4.320/1964, bem assim à Súmula nº 46, Deliberação TC-A-42975/026/08, Comunicado SDG nº 19/2010 e manual “Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais”, todos editados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Despesas com combustíveis e uso de veículos

OI-MPC/SP nº 02.35: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a constatação de desarrazoados gastos com combustíveis, assim como o ineficiente controle dos abastecimentos e a ausência de demonstração da finalidade pública dos deslocamentos.



Despesas impróprias, antieconômicas e ilegítimas

OI-MPC/SP nº 02.36: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a realização de despesas impróprias, antieconômicas e ilegítimas, tais como concessão de vale-alimentação a inativos ou pensionistas; gastos exacerbados com refeições e hospedagem; número despropositado de participantes em eventos externos; dispêndios excessivos com telefonia celular; distribuição de cestas de Natal.

Licitações e Contratos

OI-MPC/SP nº 02.37: Concorre para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a realização de compras e a contratação de obras e serviços em descompasso com a Lei de Licitações e Contratos.

Atuação do Sistema de Controle Interno

OI-MPC/SP nº 02.38: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a constatação de falhas relevantes no Sistema de Controle Interno, tais como falta de regulamentação, não designação de servidor responsável, ausência de produção de relatórios adequados e ineficiência do setor, haja vista que contrariam os artigos 70 e 74 da Constituição Federal e artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, em inobservância ao manual “Controle Interno” editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Responsável por Controle Interno ocupante de cargo em comissão

OI-MPC/SP nº 02.39: Concorre para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a designação de servidor exclusivamente em comissão para a função de Controlador Interno, comprometendo a autonomia e a isenção do setor.



Transparência e controle social

OI-MPC/SP nº 02.40: Concorre para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a ausência de divulgação ou inexatidão dos dados relacionados às atividades desempenhadas e despesas realizadas, em contrariedade às determinações constitucionais e legais referentes à publicidade, transparência e acesso à informação.

Ausência de recolhimento de encargos

OI-MPC/SP nº 02.41: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a ausência de recolhimento dos encargos sociais.

Complementação de proventos sem a correspondente contribuição

OI-MPC/SP nº 02.42: É causa suficiente para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a realização de despesa a título de complementação de proventos a inativos e de pensões por morte a seus dependentes que não seja decorrente do disposto nos §§ 14 e 16 do artigo 40 da Constituição Federal.

Reincidência e princípio da anualidade

OI-MPC/SP nº 02.43: Concorre para a irregularidade das contas anuais da Câmara Municipal a reincidência de falhas verificadas em exercícios anteriores, com tempo suficiente para sua correção.

